

TERRA-ÁGUA-TRABALHO E O CONGLOMERADO TERRITORIAL DO AGROHIDRONEGÓCIO NO OESTE DA BAHIA

LAND-WATER-LABOR AND THE CONGLOMERADO TERRITORIAL DO AGROHIDRONEGÓCIO IN OESTE DA BAHIA

TIERRA-AGUA-TRABAJO Y EL CONGLOMERADO TERRITORIAL DO AGROHIDRONEGÓCIO EM EL OESTE DA BAHIA

Tássio Barreto Cunha¹
tassiocunha@gmail.com

RESUMO: Parte-se da premissa que a mercantilização da tríade Terra-Água-Trabalho no Oeste da Bahia são pilares imprescindíveis para a expansão do capital no campo, em que o controle do trabalhador junto à monopolização da propriedade privada da terra pelo capital, com a legitimação do Estado, apresenta-se como uma essencial estrutura para garantir a posse mercantil da água seja ela subterrânea, superficial ou da chuva. Um arcabouço que faz o capital no campo se consolidar e se expandir em diferentes composições humanas e materiais. Este é entendido como um caminho teórico-metodológico cabível para compreender o mundo do trabalho no campo, por meio de uma relação integrada na qual o domínio de um depende diretamente dos outros para dar movimento a essa dinâmica territorial.

Palavras-Chave: Terra, Água, Trabalho, Conglomerado Territorial do Agrohídronegócio, Oeste da Bahia

ABSTRACT: It is based of the premise that the commodification of the triad Earth-Water-Work in the West of Bahia are essential pillars for the expansion of capital in the countryside, in which the control of the worker along with the monopolization of private ownership of land by capital, with the legitimacy of the State, presents like as an essential structure to guarantee the mercantile possession of water, be it underground, superficial or of the rain. A framework that makes capital in the countryside, directly linked to the State, consolidate and expand in different human and material compositions. This is understood as a theoretical and methodological path to understand the world of work in the field, through an integrated relationship in which the domain of one depends directly on others to give movement to this territorial dynamics.

Key-words: Land, Water, Work, Conglomerado Territorial do Agrohídronegócio, Oeste da Bahia

RESUMEN: Se inicia a con la premisa de que la mercantilización de la tríada Tierra-Agua-Trabajo en al oeste de la Bahía son pilares esenciales para la expansión del capital en el campo, donde el control de los trabajadores por la monopolización de la propiedad privada de la tierra por el capital, con legitimación del Estado, se presenta como una estructura esencial para asegurar la propiedad comercial de agua, sea el agua subterránea, superficial o de la lluvia. Un marco que hace que la capital del campo, vinculada directamente al Estado, para consolidar y expandir en diferentes composiciones humanas y materiales. Esto se entiende como una forma teórica y metodológica adecuada para entender el mundo del trabajo en el campo, a través de una relación integrada en la que el dominio de un directamente dependiente de los demás para dar movimiento a estas dinámicas territoriales.

¹ Professor Dr. do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Brasília - IFB/campus Ceilândia e da licenciatura em Geografia do IFB/campus Riacho Fundo.

Palabras-clave: Tierra, Agua, Trabajo, Conglomerado Territorial do Agrohídronegocio, Oeste da Bahia

Ponto de Partida

O caminhar da tríade Terra-Água-Trabalho a partir das contradições que determinam os movimentos sociais, permite-se constatar que essa questão deve ser compreendida por meio da consciência e dos conflitos entre as classes, isso enquanto a “espinha dorsal” que define as transformações no processo produtivo ocorridas no Conglomerado Territorial do Agrohídronegocio - CTA no Oeste da Bahia (CUNHA, 2017), com reconhecimento dos rebatimentos diretos no cotidiano da população. Isso a partir da dinâmica agrohídrica mineral petrolífera exportadora imposta aos campos, às águas e às florestas no Brasil, enquanto peça basilar para essa leitura, interpretada pelos vieses da precarização das relações de trabalho e da degradação ambiental, enquanto heranças da lógica capitalista perversamente construída e substancialmente relacionada com a estrutura hidrofundiária concentrada existente.

A partir da articulação constante entre a teoria e a empiria, procedeu-se a análise de parcela da realidade presente no Oeste da Bahia como uma reconstrução científica do movimento da sociedade. Logo, é dessa maneira que o CTA é visto pelo modo de produção vigente, ou seja, a forma como historicamente a sociedade se produz e impulsiona a dinâmica geográfica. Assim, essa leitura territorial nos permitiu desnudar as intervenções vinculadas ao Estado, sua relação de dependência com o capital, as sequelas atribuídas aos povos sedentários e/ou associados a esse espaço e os bens naturais reconhecidos enquanto recursos.

É nesse sentido que a opção teórica-metodológica se centrou na interpretação integrada das questões da Terra-Água-Trabalho e a sua relação com parcela da vida da população no Oeste da Bahia (sobretudo a classe trabalhadora no campo), vistas por meio de um enfoque territorial construído por meio da ação de sujeitos históricos que “contém em si” a interação da sociedade e a natureza em um campo de poder. Logo, o tripé Estado-Capital-Trabalho foi visto como substancial para se compreender parcela dos movimentos multidimensionais apresentados, em razão desse território ser consubstanciado por indivíduos integrantes de classes sociais com óticas e práticas diferentes e por se apresentarem no espaço em constantes interações, conflitos e disputas.

Esse viés na perspectiva do CTA é lido a partir de uma interpretação comportamental desses sujeitos (individualidade, subjetividade e alteridade); suas relações (particular, singular

e universal); as escalas de suas ações (local, regional, estadual, nacional e global) e suas expansões, fluxos, refluxos, multidimensionamentos, criações e destruições (territorialização, desterritorialização e reterritorialização), realizadas substancialmente a partir das práticas cotidianas dos indivíduos, analisadas pela posição ideológica e a consciência de classe, sobretudo por entender que os corpos humanos pensam, sentem, percebem, observam, criam, têm necessidades, aspirações e desejos, que a partir das circunstâncias históricas promovidas pela vida, alicerçam o seu modo de pensar e expressadas na Figura 01².

Essas características permitem compreender o processo apresentado, em uma condição que o Estado segue como uma das principais “forças motrizes”, sobretudo por agir como um órgão de dominação de classe, em uma ordem institucional que legaliza e consolida essa estrutura de submissão (MARX, 2013) enquanto uma continuidade da sua função “corretiva vital” historicamente constituída para manutenção e fortalecimento dos imperativos materiais de auto expansão do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2015). Uma estrutura estatal proveniente da sociedade, criada desde os seus princípios para manter o modelo social imposto pelas classes dominantes, que usa a força e a política para conservar o poder governamental, que necessita conter os antagonismos de classe (LENIN, 1983). Por isso se entende que o controle do Estado é sempre da classe mais poderosa, da classe politicamente e economicamente dominante, que trabalha sempre em busca de oprimir e explorar a classe dominada, pois isso foi e sempre será preciso para manter o *status quo* daqueles que reinam no poder como mostra a Figura 02.

Portanto, este texto objetiva-se analisar a relação da tríade Terra-Água-Trabalho como elos de vida transformados em mercadoria no âmbito do agrohidronegócio, enquanto sustentáculos da acumulação/expansão do capital, buscando por meio da ideia do CTA, dar visibilidade a dinâmica territorial através da leitura dos conflitos no campo do Oeste da Bahia, vinculados às formas de resistência, à mobilidade do trabalho, à apropriação da natureza, sobretudo a água e terra e as formas degradantes do trabalho.

Passos Integrados

Os principais grupos e representações de classe atuantes no campo do Oeste da Bahia apresentam claramente o controle político-econômico de entidades (nacionais e

² As figuras, a tabela e o gráfico, se encontram no final desse capítulo de acordo com a sequência e numeração citada.

internacionais) ligadas ao capital, atuantes diretamente nos órgãos estatais, por serem instituições basilares na fomentação do seu avanço, destacando-se os bancos e agências de financiamento estatais, objetivadas em financiar a produção e o capital fixo utilizado para a manutenção do circuito produtivo; os órgãos agrícolas e de meio ambiente, responsáveis por institucionalizar e flexibilizar a legislação ambiental e estruturar as empresas e os institutos de pesquisa estatais; as câmeras legislativas e as prefeituras municipais, majoritariamente representantes diretos do agronegócio; os tribunais de justiça, que reverberam em muitas atuações o discurso hegemônico; e os grandes grupos representantes do capital, que se organizam em entidades como associações e sindicatos, para assim aglomerar forças e na “maioria dos episódios”, “ditar as regras do jogo” em um pacto de classe entre a burguesia nacional e internacional desse setor como mostra a Figura 2.

As entidades que se apresentam em defesa do trabalhador se encontram em número menor, de modo fragmentado e com atuações em escalas muito distantes do arcabouço global financeiro, que está o “outro lado da moeda”. Porém, são luzes acessas que por meio de articulações em diferentes escalas (da local a internacional), seguem “remando contra a maré” e (re)existindo no “coração” do CTA no Oeste da Bahia. São em maioria: posseiros, sem terra, atingidos por barragem, índios (as) migrantes, pardos (as) e negros (as), religiosos (as) progressistas, funcionários públicos, ambientalistas, acadêmicos etc., que mesmo de forma segmentada e em condições inferiores de disputa, seguem lutando pela terra, para entrar na terra, por melhores condições de trabalho, pela água, pela saúde ambiental etc., e ao mesmo tempo, denunciando “maus feitores” que utilizam esse “campo de força” desigual para degradar a natureza e as relações de trabalho, e dessa maneira prosseguir com suas práticas desenvolvimentistas que “mata, condena, aliena e envenena” apresentados na Tabela 1.

Essas circunstâncias também são frutos de ações estatais desiguais enquanto “manifestação inconciliável entre as classes” (LENIN, 1983), em um território orquestrado por contradições e litígios como apresenta a Tabela 1. Assim, por meio dos antagonismos vivenciados no CTA do Oeste da Bahia as forças hegemônicas se desenvolvem através das desigualdades entre exploradores e explorado. Porém, em alguns casos, com a união e a rebeldia dos excluídos, as impedem de prosseguir ou diminuem o ritmo do seu avanço.

É nesse sentido que o CTA é entendido por meio do conflito social, inerente as relações de produção através da disputa envolvendo o trabalho e os recursos naturais, com a terra e água possuindo lugar de destaque; a distribuição como fator que condiciona a

proporção de envolvimento dos sujeitos no circuito produtivo por meio principalmente da renda, dos juros, da especulação, da mais-valia e do lucro; a troca, que corresponde ao fornecimento de produtos aptos e necessários para distribuição; e o consumo, com a conversão da mercadoria como objetos de gozo e apropriação individual, estes ilustrados na parcela do campo no Oeste da Bahia pela Figura 03 (MARX, 2008).

Essas são partes das fases dessas conflitualidades com a apresentação de características que mostram a necessidade dos grandes grupos representantes do capital em controlar a terra, a água e o trabalhador, seja com a legitimação e/ou omissão estatal e/ou com práticas espoliativas/expropriativas por meio do aparelhamento político-econômico. Em um sistema de relações que os elementos Terra-Água-Trabalho se constituem e se condicionam mutuamente, funcionando por meio de funções recíprocas que atendem uns aos outros. Nesse caso, ou por serem integrantes da totalidade do capital e conseqüentemente serem considerados como mercadorias, ou por possuírem atributos em relações não capitalistas de produção. Circunstância que apresenta o cerne dos conflitos de classe enquanto algo inerente às contradições e desigualdades do capitalismo, nos quais a tríade Terra-Água-Trabalho é crucial para interpretar as tramas territoriais, sobretudo por representar elementos intrínsecos aos diferentes intuitos e ações que dão continuidade a vida.

A leitura da luta de classes se apresenta através do entendimento que o Estado enquanto instituição maior, que busca regulamentar o conjunto de normas incumbidas de organizar a sociedade, é um produto social criado e regimentado pela classe dominante. Circunstância que faz “cair por terra” à teoria burguesa da conciliação das classes pelo Estado, especialmente por esse mesmo Estado só existir por causa das contradições e da luta entre as classes. À vista disto, a análise da Figura 02, revela o domínio dos órgãos estatais responsáveis diretos em atender os ditames do circuito econômico global e assim consentir as prerrogativas necessárias para a expansão do setor produtivo do agronegócio no CTA no Oeste da Bahia.

São o controle das relações de trabalho, as formas de uso da terra e a gestão das águas que estão em jogo nesse conflito de classes, por serem protagonistas em aferir o circuito produtivo estruturado no Oeste da Bahia e alicerçado no mercado mundial. Pois, a produção agrícola ligada ao mercado mundial de *commodities*³, o uso da água superficial, subterrânea e

³ Elas se distinguem dos preços dos gêneros alimentícios da agricultura familiar, formados para atender o mercado interno, sobretudo por conta do nível de prioridade do Estado brasileiro, que vem priorizando majoritariamente a produção para exportação com poucas prioridades se tratando de políticas públicas para agricultura de pequeno porte. O que no Oeste da Bahia refletiu entre 2000 e 2012 no crescimento de 95% da

de chuva e o controle das relações de trabalho com o intuito maior de extrair a mais-valia e assim disseminar e aumentar as taxas de lucro, são forças motrizes utilizadas para garantir a continuidade desse circuito, juntamente com o enfrentamento das resistências encontradas “nos caminhos da sua expansão”, em uma dinâmica que vale desde regimentos legais que permitem trabalhadores passarem fome e sede com salários de subsistência⁴, ao uso da força bruta, utilizada para eliminar aqueles que tentam dificultar a “onda avassaladora” do avanço do capital.

Logo, é entendido que é no centro do conflito que os sentidos da percepção, da observação, da relação e da análise dos fatos aguçam-se e contribuem para o desenvolvimento da consciência de classe se aflorar entre “camponeses e proletários” e contribuir para que os indivíduos envolvidos e organizados nesse processo compreendam parcelas da estrutura de classe que o modelo de sociedade vigente é estruturado. Dessa forma, podendo entender os “nós dos interesses antagônicos”, seguido pela distinção do modo de exploração e assim a aquisição do quesito mais importante para se infiltrar na luta - a consciência de classe. Já que para avançar na luta, não é só preciso, mas é necessário adquirir essa convicção, pois, como disse Thompson (2001), “a burguesia, a quem o proletariado deve combater, já é consciente de si mesma”.

É nessa lógica que representantes de entidades ligadas à sociedade civil organizada e a órgãos estatais que atuam em defesa das famílias e dos trabalhadores agem (Figura 02) com presença direta “no olho do furacão” dos conflitos, seja por terra/água, trabalho escravo/superexploração de trabalhador, morte e acidente de trabalho grave, assassinato/desaparecimento de trabalhador, grilagem⁵ etc., que no Oeste da Bahia é marcado sumariamente pelas particularidades de se apresentarem em dois pontos que caminham em um mesmo momento: em áreas que a fronteira agrícola já se encontra consolidada, com destaque para a superexploração do trabalho/trabalho escravo/acidentes de trabalho etc., enquanto expressão da extração do trabalho não pago, seja em relações

área plantada das principais *commodities* agrícolas produzidas (soja, algodão e milho) e com a regressão do crescimento de culturas como arroz, feijão e mandioca, que cresceram apenas 5% nesse período, contando que parcela considerável da cultura do arroz e do feijão é produzida também pelo agronegócio.

⁴ Concorde-se com Mendonça (2015), quando afirma que o termo subsistência expressa aquilo que se encontra abaixo das condições de existência e não como o último limiar da sobrevivência, como é utilizada para caracterizar a produção camponesa por exemplo.

⁵ Além das várias denúncias de grilagem realizadas por civis, entidades religiosas, movimentos sociais etc., os processos disponíveis na *internet* referentes a litígios de terras, os próprios dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA afirmam que nos municípios produtores de *commodities* no Oeste da Bahia a área registrada como ocupada por imóveis agrícolas é superior a áreas não devolutas declaradas. Ou seja, há terras devolutas ocupadas (INCRA, 2010; SOBRINHO, 2012).

capitalistas ou não, é a força-motriz que dá sustentação a esse circuito acumulativo; e em áreas que a fronteira agrícola avança com destaque para os conflitos por terra/água envolvendo comunidades tradicionais *cerradeiras* versus *grileiros*, capital nacional/internacional, capital barrageiro, mineração, construção de ferrovia etc. Esta dinâmica é representada na Figura 06⁶.

É com esse significado que a Figura 06 tenta expressar e localizar de modo relacional, os principais condicionantes que dão significado ao significante da luta de classes e a expansão do capital no campo do CTA no Oeste da Bahia, com impactos diretos sobre o cotidiano dos sujeitos, a natureza e a saúde da população, rebatidos principalmente em seres humanos presentes historicamente na base da estratigrafia social, como quilombolas, fundo e fecho de pasto, índios, nordestinos, LGBT's, mulheres, migrantes, pessoas pobres etc. Isto dá sentido à nossa opção em entender esse CTA primordialmente pelo conflito, por compreender que a luta de classes é um processo histórico e a história por si só é a “chave” do entendimento.

Esse cenário “tabulado e desenhado” de forma representativa pela Tabela 1 e a Figura 04 do CTA no Oeste da Bahia, mostra os principais elementos que o capital utiliza para se expandir, tanto em busca de novos territórios, quanto nas reformulações de estratégias em espaços já conquistados. Dentro desse eixo, os locais de novos desmatamentos e os de conflitos por terra/água sinalizam o avanço territorial sobre as comunidades tradicionais, intuídos de aumentar a área plantada para assim garantir novos espaços necessários como reservas legais das fazendas produtoras, realizar a construção de aproveitamentos hidroelétricos e extração mineral (esses, por meio principalmente de grilagem e práticas espoliativas/expropriativas).

A parcela do Oeste da Bahia que possui a cadeia produtiva mais consolidada nos municípios de São Desidério, LEM e Barreiras, Correntina e Riachão das Neves, reposta a precarização das relações de trabalho como “mola-mestra” do circuito produtivo, expressadas pelas práticas do trabalho escravo, a superexploração do trabalhador, acidentes graves de trabalho, mortes de trabalhadores etc., nas áreas em que se apresentam a maioria do capital fixo implementado, com as agroindústrias, as fazendas produtoras, estradas, armazéns, PCH's etc. Estes, presentes sobre as águas superficiais e subterrâneas em

⁶A Figura 06 é uma amostragem da simbologia apresentada, que apesar de não corresponder ao todo, representa esquematicamente as variáveis utilizadas por meio de coordenadas geográficas exatas no território analisado, alcançadas por meio das fontes citadas. O que no nosso entendimento, é capaz de expressar o instante de parte da dinâmica territorial analisada.

abundância e pluviometria regular e conseqüentemente, as melhores terras para o cultivo das *commodities* agrícolas.

Um complô nítido movido pela necessidade do capital de controlar a Terra-Água-Trabalho para atender suas exigências e se manter em um cenário que o Estado, na defesa do projeto político-econômico burguês global, licencia o uso das melhores terras sobre o terceiro maior aquífero em reservas hídricas em território nacional (o Urucuia), uma rede hídrica superficial em paralelo sobre vales encaixados e uma regularidade pluviométrica que atende as necessidades das culturas implementadas. Em um arcabouço que junto às outorgas d'água e a omissão estatal em fiscalizar e flexibilizar a legislação trabalhista/ambiental que permite o prosseguimento desse projeto, bancado sumariamente pela degradação do trabalho e da natureza. Isto é, um circuito em que o lucro emerge majoritariamente sobre a vida da natureza e da pessoa humana.

Situação que provoca a reação da população vitimada e conseqüentemente a emergência dos conflitos por terra/água, expostos majoritariamente em locais de interesse do capital, ou seja, em áreas com cerrado preservado, com água e terra em abundância, presentes entre as bordas das chapadas e os vales (Figura 06). Em que, mesmo com características pluviométricas, de relevo e de solo diferentes, possuem a capacidade de proporcionar a expansão e a renovação dos novos anseios do capital agrícola na região, vinculados à cultura do eucalipto e o aumento da área irrigada, isso somado a formação de Reservas Legais das fazendas produtoras nas chapadas, como já citado. Um escopo que mostra que a dominação da natureza também provoca a dominação de classe de pessoas sobre pessoas.

Logo, o principal motivo do *boom* desses conflitos se apresentarem nessa parcela do território do Oeste da Bahia, se dá principalmente por essa região possuir o maior número de populações tradicionais. Dessa forma, as denúncias de grilagem de terras; o desmatamento em série; a diminuição das águas com a utilização desenfreada a montante do cerne dos conflitos e a morte de nascentes; a compactação, erosão e lixiviação dos solos; a poluição de rios; a espoliação e expropriação de trabalhadores; a intoxicação de trabalhadores e de animais e plantas; a mobilidade forçada; o trabalho escravo; os acidentes graves e mortes de trabalhadores; o aumento de doenças graves como o câncer; a ausência de uma renda básica necessária para a sobrevivência da população etc., estão impulsionando a rebeldia da população, que conjuntamente com entidades da sociedade civil organizada que acreditam em outro modelo social, conseguem diminuir o avanço dos grandes grupos em suas terras.

Estes são rebeldes que “se aterrorizaram inicialmente entorno de si mesmo” (ZIZEK, 2012), ao perceber, observar, criar nexos e analisar o extermínio de classe que ocorre no Oeste da Bahia, com a eliminação de grupos que historicamente foram excluídos na Bahia, no Brasil e em diversas partes do mundo. Com a concepção que só através da luta serão capazes, de além de entrar na terra e/ou garantir sua fixidez sobre ela, também mitigar toda barbárie social que homens e mulheres expropriados/espoliados do campo, das florestas e das periferias do Oeste da Bahia vêm sofrendo há séculos. Visto que, são as pessoas expulsas dos quilombos, das tribos indígenas, das comunidades de fundo e fecho de pastos, os migrantes do campo e da cidade etc., os mais susceptíveis a sofrerem homicídios, a adoecer e morrer, ao tráfico de pessoas/armas/drogas/animais, aos subempregos e a informalidade de maneira geral. Pois, esses indivíduos são excluídos da estrutura montada pelo capital, para assim garantir como um dos seus sustentáculos - o “exército industrial de reserva” como disse Marx.

Esses são os grupos de sujeitos que se diferenciam pela posição excludente que ocupam no sistema de produção vigente, pelas relações que estabelecem com esse meio de produção, pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, o modo como tentam se apropriar de parte da riqueza social e todas restrições econômicas, sociais, jurídicas, políticas e ideológicas que o modo capitalista de produção os (des)proporcionam, na tentativa de impedi-los da compreensão das principais putrefações que estão vinculados nesse CTA, dentre às quais: 1) a irreformável estrutura do capital e a sua necessidade cada vez maior de degradar a natureza e a pessoa humana para tentar se manter “em pé” e se expandindo; 2) a ascensão explosiva das divisões e exclusões sociais, com barbáries sociais escancaradas; 3) a crise ambiental, já que a sua fase apocalíptica mais profunda é o fim da vida e assim já se deu alguns passos com o maior extermínio e ameaças de extinção de espécies da história do planeta terra, em que o Oeste da Bahia tem larga contribuição, sobretudo com o uso exacerbado de agrotóxicos, fertilizantes químicos e a supressão da vegetação natural em série; e 4) as consequências da “revolução” biogenética, sobretudo com as indicações que está contribuindo veementemente com a proliferação e mutação de espécies parasitárias e microrganismos patológicos, com sérias suspeitas de estarem contribuindo com a proliferação de graves moléstias humanas.

Com palavras mais diretas - quando pobres, negros(as), pardos(as), mulheres, membros de comunidades tradicionais, LGBT's, migrantes, nortistas e nordestinos etc., são os que mais passam fome, sede, adoecem, sofrem homicídios, vivem abaixo da linha da

pobreza em precárias condições de moradia e de saneamento ambiental, tornam-se sem terra e sem teto, possuem empregos moribundos, são escravizados, expulsos de suas propriedades, são os principais sequelados das mudanças climáticas etc., é lucido afirmar que o sistema social vigente é um *apartheid* institucionalizado não declarado. Uma segregação sustentada pelos “blefes e maquiagens mercadológicas”, que para funcionar e assim serem aceitas, é necessário utilizar a imposição para “forçar” a verdade. Em um nítido pacto/interesse de classe, que o ideário burguês dominante com a argumentação da necessidade da “globalização financeira”, se engessa entre aqueles que controlam e/ou simpatizam com suas repartições do capital. Isto em contraponto à classe trabalhadora⁷, que até o momento não conseguiu gerar uma ação de forte impulso a nível internacional referente aos impactos que a cadeia produtiva do capital vem impondo as famílias pobres de todo o mundo, em particular as do Oeste da Bahia.

É nessa lógica de exploração que no mundo mercadológico o dinheiro é transformado em capital e com a acumulação do capital a produção da mais-valia, da mais-valia a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias, em que a Terra-Água-Trabalho nesse círculo são cruciais para manutenção dessa estrutura no CTA no Oeste da Bahia (MARX, 2013). Com sua sustentação baseada na exploração da massa pobre, que após ser atingida por todo esse processo, passa a não ter nada para vender se tratando da sua produtividade autônoma, a não ser a sua força de trabalho com a consequência da degradação da natureza e da pessoa humana (Figura 03).

Sobre essas circunstâncias comandadas pela esfera financeira vinculada diretamente aos setores da especulação global, é que se tem o capital financeiro como a forma parasitária mais perniciosa (MÉSZÁROS, 2007). Ligada a um cenário que vincula o Oeste da Bahia em diversos episódios, sendo o mais atual a partir da crise econômica global 2007, como principal fator do avanço do capital no campo desse território. A partir principalmente do aumento dos investimentos estatais na defesa de tirar proveito do crescimento econômico

⁷ De modo aproximado, entende-se a classe trabalhadora a partir “da totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos”, mas englobando também os trabalhadores improdutivos, de forma a incorporar, além dos camponeses, “o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part time, o novo proletariado “estilo” dos Mac Donalds (...), os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas lioflizadas (...), os trabalhadores assalariados da chamada ‘economia informal’, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiam o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural e os próprios trabalhadores escravizados” (ANTUNES, 2009).

por meio do mercado de *commodities* em alta e a infiltração direta de capitais internacionais em crise, como especuladores, bancos, fundos de pensão, multinacionais do setor etc., centrados em recuperar suas taxas de lucro ampliadas com o aquecido mercado de terras. Isso por conta do quase cessamento do avanço ampliado do capital financeiro nas principais bolsas de valores do mundo na crise de 2007 e assim, a transferência de parte desses capitais para a mercantilização da natureza (com destaque para a terra e a água no Oeste da Bahia) e o forçamento de uma maior flexibilização e omissão da legislação trabalhista nessas áreas de injeção de capitais (Figura 09) (MITIDIERO JR., 2014).

Esse fato é lucidamente exposto no Oeste da Bahia pela Figura 04 e o Gráfico 01, vinculados com o circuito produtivo do CTA (Figura 03), quando se observa que as variáveis trabalhadas para analisar este processo (des)territorializante se interliga diretamente com a injeção de capitais voltados essencialmente para a produção de *commodities* agrícolas a partir de 2007. Isto é, quando o Gráfico 01 apresenta um crescente avanço do financiamento agrícola, se observa a progressão da produção e ao mesmo momento a evolução de práticas expropriativas/espoliativas. O que permite apontar dentro dessa lógica relacional do CTA, que o avanço do capital no campo do Oeste da Bahia está ligado diretamente a degradação da pessoa humana e da natureza, expressados por etapas na Figura 04, associadas diretamente com o circuito produtivo da Figura 03 e a estrutura de classe da Figura 02, enquanto um artefato chave que mostra o interior das disputas territoriais (em que a Terra-Água-Trabalho são cruciais) como os principais fios condutores para interpretação desse processo.

Nesse trama, pensada, traçada e praticada pelo grande capital (Figura 04), a questão da terra enquanto propriedade ecoa como protagonista nessas ações, em que a conquista é realizada inicialmente com práticas executadas milenarmente por meio do uso da força bruta. Esse é um dos mais antigos exercícios junto com a escravidão que o capital utiliza para dar os seus primeiros passos “rumo” a sua acumulação/expansão. Isto, Marx (2013) denominou de Acumulação Primitiva, visto que constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.

Um processo objetivado em separar o trabalhador e os seus meios de produção por meio do despojamento violento dos seus instrumentos de vivência em seus lugares de origem, em que forçadamente são lançados no mercado de trabalho como proletários pertencentes a uma pseudoliberalidade. Logicamente, isso junto ao controle e o aval estatal, em que segundo Marx (2013) “é a própria lei que se torna o veículo do roubo das terras do povo”, no sentido de “quem cria o sistema necessita de regimentos para sua manutenção”.

É nessa estrutura que o Circuito Produtivo no CTA (Figura 03) utiliza alguns instrumentos-chaves para a continuação do seu ciclo, consumados literalmente em preservar o controle da Terra-Água-Trabalho como elementos protagonistas da produção focada essencialmente em manter a taxa de lucro ampliada.

É no domínio dessa tríade que o capitalista necessita da desvinculação do trabalhador desses instrumentos de produção, sustentado por meio de mecanismos que criam condições para apropriá-los. Uma circunstância em que o lucro está ligado diretamente à terra, a água e o trabalho capitalizados através da renda, do trabalho assalariado e escravo, do controle do tempo externo ao trabalho, da especulação lançada com a renda fundiária e os juros etc. Em um complô com os veículos de informação para assegurar o controle da comunicação, a imposição dos modelos de gestão, o domínio da técnica, e práticas exercidas com o aval e/ou a omissão estatal, como a espoliação e expropriação de povos tradicionais e a grilagem e privatização de terras e águas (Figura 03).

Essas são ferramentas utilizadas essencialmente a partir da injeção de capitais (seja do Sistema Nacional de Crédito Rural -SNCR ou privados) que possuem como objetivo a geração de lucros, mas que para tanto necessitam de trabalhadores assalariados e escravizados para gerar a mais-valia, e assim, transferi-la para a compra, locação e concessão de terras/águas e mecanismos para se produzir, e dessa forma, com o aumento dos preços, angariar valor por meio da especulação e consumo da produção, que junto com os juros adquiridos nesse mesmo circuito pelos proprietários do capital financeiro, irão gerar novos lucros e conseqüentemente mais capital (Figura 03).

Esse é um circuito produtivo planejado e condicionado pelos ditames do capital (Figura 04) com forte concentração de renda, de terra/água e conseqüentemente de poder, em um pacto de classe entre a burguesia nacional e internacional que atua nesse setor, através das redes agroindustriais, a propriedade fundiária e o SNCR, com uma forte desigualdade social e apropriação de recursos naturais e controle estatal (DELGADO, 2012). Uma relação de classe que destinou R\$ 2,6 bilhões na safra 2012/2013 em pouco mais de 5 mil contratos nos oito municípios mais produtores do Oeste da Bahia, valor equivalente a 56,5% do total arrecadado pelo estado da Bahia e 30,2% do total da região Nordeste, com um aumento de 2098% da oferta de crédito entre 2000 e 2012, alcançando a média de R\$ 16 mil o preço de 1 HA na região produtora. Ou seja, uma injeção de capital por meio principalmente do Estado brasileiro que estimulou diretamente o ciclo produtivo e a corrida de investidores

nacionais e internacionais e o fortalecimento dos grandes grupos já instalados nesse território (FREDERICO & BÜHLER, 2015).

Nesse arrolamento financeiro de aumentar a taxa de lucros através do gozo territorial com o alavancamento produtivo, quanto mais longa for à necessidade de aplicar o capital fixo para adquirir o aumento da produção, maiores serão as necessidades de financiamento para se adquirir um retorno lucrativo positivo (tempo de produção + tempo de circulação). Esse é um dos sentidos da fusão de diferentes capitais agrícolas nacionais e internacionais com as indústrias, os bancos, os varejistas, os fundos de pensão etc., conjugados à oferta de créditos do Estado com juros baixos (cerca de 6,8% a.a nas últimas safras) e isenção de impostos, que no Oeste da Bahia é representado principalmente por empresas agrícolas, petroquímicas, automobilísticas, construção civil e de logística, imobiliárias, condomínios rurais, cooperativas, fundos de investimentos financeiros (Figura 05) e Estados Nacionais (Japão, China, Países Árabes e Coreia do Sul). Todos infiltrados no circuito financeiro na corrida por lucros entre esses capitais cruzados a partir da produção, exportação/venda e do mercado de terras/águas (DELGADO, 2012; FREDERICO & BÜHLER, 2015).

Esse é o jogo do circuito produtivo do CTA, impulsionado essencialmente pela aplicação de mais-valia nesses territórios que propiciam uma taxa de lucro mais elevada como o Oeste da Bahia, isso a partir de uma função básica do mercado financeiro, que é a transferência de capitais com interesse de mobilizá-los, dar mobilidade (fluidez) e assim (re)transforma-lo continuamente em ativos financeiros, nesse caso, a terra em particular e a água como um elemento intrínseco a ela. Essa foi a principal manobra que os capitais em crise realizaram ao classificar as terras do Oeste da Bahia enquanto um território propício de alavancar suas decadentes taxas de lucro, por possuir seu setor produtivo incluído em uma das “bolhas” que o capital total possuía na década de 2000 - a exportação de *commodities* (Figura 05) (MENEGAT, 2006).

É dessa forma que o Estado brasileiro possuidor da primarização da economia como pauta principal das suas exportações novamente a partir dos anos 2000 e a parceria com países importadores de *commodities* como a China, injeta bilhões na produção do Oeste da Bahia, elevando o preço da terra, incentivando o investimento de capitais, reforçando o oligopólio de grupos atuantes e assim, através da (re)configuração das terras desse território em ativo financeiro, impulsionando o SNCR e o capital financeiro em geral, investir nesse espaço, dando continuidade ao ciclo. Porém, mesmo sendo uma estrutura sob a égide da máquina fiscal, financeira e fundiária do Estado, apresenta reais vulnerabilidades se tratando

da sua permanência, sobretudo por estar posto como uma das últimas bases de sustentação para a expansão continuada do capital mundial que já se apresenta em decadência, principalmente após a diminuição da demanda chinesa (principal comprador) a partir de 2012. Com uma estrutura formada de maneira concentrada, a dissipação escassa de capitais, poucos produtos e grupos produtores/exportadores. O que diminui suas chances de variar os investimentos diante das oscilações de preço do mercado mundial e possui como uma das suas pujanças um largo avanço sobre territórios (que “mais cedo ou mais tarde” terá seu fim), com a degradação massiva da população, da natureza e conseqüentemente uma extrema desigualdade social (MENEGAT, 2006).

Contudo, mesmo se tratando desse motim de questões no CTA do Oeste da Bahia condicionado pela dinâmica financeira global, que possui como foco maior a ampliação da taxa de lucros, é importante apontar que esse circuito não se apresenta somente com moldes propriamente capitalistas, mas também por relações não capitalistas primados em formas de acumulação primitiva. Visto que, é necessário entender que essas práticas não capitalistas como o trabalho escravo, a grilagem, o uso da força bruta e demais práticas expropriativas/espoliativas não capitalistas, são sustentáculos para a conversão em instrumentos da produção capitalista, como o crédito, o dinheiro, a especulação, os juros etc., e principalmente a mais-valia, direcionada tanto para o consumo do capitalista que a adquire, quanto para a capitalização no mesmo e/ou em outros fins do circuito econômico. Esta, adquirida no interior do processo de reprodução, seja através de relações capitalistas ou não (LUXEMBURGO, 1984; ANGELIS, 2012; GALAFASSI, 2012; SEONE, 2012; HARVEY, 2013; MARTINS, 2014; MOREIRA, 2015).

Esse processo foi constatado no Oeste da Bahia com a extração da mais-valia além do limite posto pelas regras capitalistas institucionais, de modo que o capital pode extrair-la além do limite determinado e dessa forma ter uma taxa de lucro acima do que seria a taxa de lucro real. Isso porque a composição orgânica do capital de parte das empresas do agronegócio no Oeste da Bahia é inferior do que deveria ser na sua composição ideal por realizar práticas que ampliam a reprodução do capital por meio de mecanismos de acumulação primitiva. Por isso a degradação da força de trabalho, considerado o mais importante e débil, é um dos fatores protagonistas para assegurar a taxa de lucro de forma elevada (MARTINS, 2014). Em um modo que os capitalistas analisam a mais-valia e a taxa de lucro por meio das categorias econômicas de custo, rendimento e produtividade (MOREIRA, 2011).

Logo, a AIBA (2015) anunciou que em média o custo com a força de trabalho (salário + manutenção do trabalhador na fazenda [alimentação + alojamento + EPI's] + encargos sociais) equivale a aproximadamente a 7%⁸ do Valor Bruto da Produção – VBP, o que na safra 2013/2014 teve um custo real de R\$ 465.150.000,00. Ou seja, essa força de trabalho garantiu uma mais-valia de R\$ 6.179.850.000,00 direcionada para diferentes fins. Em uma estrutura oligopolizada, que diante da baixa participação do capital variável e um capital constante em grande parte já implementado, garante um baixo custo produtivo, uma alta produtividade, um maior rendimento e conseqüentemente, a manutenção da taxa de lucro elevada. Posto que permite ao oligopólio de produtores e comerciantes de *commodities* agrícolas do Oeste da Bahia, interligadas a todo aparato de crédito, tributos, leis e política do Estado brasileiro, possuir condições de ampla concorrência no mercado internacional.

Uma estrutura sustentada majoritariamente pelo controle do tempo do trabalho e do tempo livre do trabalhador, em conjunto com todo um planejamento expropriativo/espoliativo e alienante, que dificulta a classe trabalhadora se aglutinar e a desenvolver consciência de si mesma, se tratando da classe a qual faz parte. “Não é atoa” que controlar atitudes comportamentais dos trabalhadores é foco protagonista de grandes grupos burgueses, com a utilização de valores-fetiches e expectativas e utopias de mercado que são propagandeados com intuito de serem guardados no inconsciente e no pré-consciente dos trabalhadores, isto é, transmitidos para serem praticados como modelo reinante e verdadeiro, sobre uma concepção ideológica que as relações sociais de produção concebidas, permitam garantir uma ordem dessas relações. As quais, além de alimentar a aparência das superestruturas com esse “terreno ideológico”, busca ocultar as relações de poder e implementar a “fábrica do medo” com a instalação da barbárie e a formação de indivíduos reduzidos a sua mera particularidade, que negue agir de modo radical e coletivo (ALVES, 1999; IASI, 2013).

Assim, pelo conhecimento profundo do comportamento do ser humano que o capital detém, responsável direto por alicerçar fetiches, alienações, posições ideológicas construindo “pseudocapitalistas sem capitais”, é visto que a classe trabalhadora organizada deve se deter sobre essa verdadeira “indústria de controle” e ter esse entendimento como protagonista nas suas estratégias de organização e ação. Um enfoque em que a educação básica juntamente com a conscientização política, seja o “carro-chefe” das instituições

⁸ Essa média foi realizada para a safra 2012/2013, contudo, como não houve nenhum grande evento que pudesse distorcê-la, acreditamos ser um aparato cabível para analisar a safra do ano posterior.

populares que almejam outro modelo de sociedade, culturalmente heterogêneo e economicamente mais justo e igual.

Ou seja, a construção e aplicação de um modelo de educação popular de base local interdisciplinar, multidimensional e transescalar, que faça o ser humano refletir sobre toda essa simbologia que o “aliena e o envenena” com as marcas, as músicas, o militarismo, a religião, os alimentos, os entorpecentes legais ou não, o próprio “*modus operandi*” educacional vigente, a saúde de infantaria, o esporte meritocrático, a excludente distribuição de riqueza em forma de dinheiro e propriedades e tantos outros, que sustentados pelo bojo de regras e ações do “jogo burguês”, institucionalizadas ou não, dificulta, distorce e captura os maiores poderes populares – “o pensamento e a palavra”. Em uma “brincadeira que faz mocinho virar bandido e bandido virar mocinho”.

A simbologia da luxúria, do status e da riqueza enquanto características inerentes ao modo de vida burguês, é peça crucial nesse proselitismo consumista, em que a transmissão constante do *marketing* e da propaganda, durante ou fora do tempo de trabalho, é protagonista para o controle comportamental dos trabalhadores, que precisam distorcer seus pensamentos genéricos a partir da infância e da adolescência, para assim servir ao ditames do capital (in)conscientemente. As entidades representativas do agronegócio atuando nas escolas do Oeste da Bahia e as músicas que glorificam esse setor econômico, expressam bem essa reflexão e a atuação de grupos de classes “pró capital”, que atuam com foco no controle das massas utilizando a simbologia desse setor de produção, também como garantidor do desenvolvimento do consumo e como modelo hegemônico exemplar para a equidade social.

Por aqui estacionamos

O CTA no Oeste da Bahia apresenta ideias opostas a simbologia do agronegócio em relação aos discursos, o *marketing*, a propaganda, as imagens, as marcas etc., sobretudo pelas “provas e convicções” expostas. Por isso, é “remando contra maré” do propagandeio hegemônico que focamos nossas análises por meio das práticas cotidianas dos sujeitos envolvidos nessa temática da tríade Terra-Água-Trabalho e o CTA no Oeste da Bahia. Com foco inicial no crivo dos conflitos, nos indivíduos atuantes, nas *(Re)Existências*, nos principais agentes pró e contra o capital e nas formas de apropriação do trabalho e da natureza, com foco em articular diferentes partes do mesmo fenômeno.

A necessidade de entender o território pelo conflito, se dá pelo motivo de ser essa a ocasião que se expressa os diferentes interesses em disputa. O que mostra, ao mesmo tempo, os rebatimentos de políticas globais camufladas pelos interesses econômicos dos grandes capitais na vida dos sujeitos que promovem a realização do território e as suas reações frente a esse “rolo compressor” que por essência não respeita qualquer direito humano e/ou da natureza, sobretudo quando estes estão no roteiro dos seus interesses. Por isso a necessidade da degradação em massa sobre terras, águas, ares, solos, flora, fauna e povos de maneira geral, em tempos que a débil balança comercial brasileira ainda se sustenta majoritariamente com a exportação de produtos primários, sustentada ao mesmo tempo pelos ditames econômicos e a barbárie sionatural construída (sobretudo entre aqueles(as) que estão sendo atingidos diretamente com incêndios, desmatamentos, agrotóxicos, grilagem, pistolagem, morte e diminuição de rios, construção de barragens, acidente e morte no trabalho, trabalho escravo, terceirizações etc.), em um verdadeiro cenário de terror.

É nesse motim que apontamos o CTA enquanto algo alicerçado essencialmente pelo domínio da Terra-Água-Trabalho, em que a terra enquanto propriedade é palco de disputas, na qual o grande capital busca o seu controle de forma integral, seja em sua parte subterrânea ou superficial. Pois, dessa forma é possível captar o acúmulo de capitais produzindo, especulando e até mesmo realizando essas duas práticas ao mesmo tempo. Já que além das plantações lucrativas das *commodities* agrícolas transferirem valor a terra, encontram-se sobre valiosas reservas de materiais derivados de substâncias fósseis, minerais e de água, que vistas como mercadoria, promovem essa dupla agremiação na superfície e no subsolo.

A água se apresenta enquanto um sustentáculo protagonista, sobretudo por ser um recurso natural que além de fomentar diretamente a agregação de valor dos produtos em todas as fases do ciclo econômico, por ser um dos poucos elementos naturais universais que participa de todo circuito da produção, o que na lógica financeira faz aglutinar valor a terra por essa dupla contribuição no processo acumulativo do CTA; e o trabalho, como força-motriz dessa dinâmica, em que além da precarização das relações e a degradação das condições, regimentadas pela flexibilização trabalhista, omissão e conluio estatal com o capital, baixos salários, terceirizações, informalidade, trabalho escravo, intoxicações, acidentes de trabalho etc., responsável protagonista em bancar a estrutura financeira, é consubstanciado a um arcabouço de controle global, em que a captura da subjetividade e a ocupação do tempo livre enquanto fomento de uma composição que também impulsiona a extração do trabalho não pago, são partes desse todo integrado que tem como foco o

aumento das taxas de lucro pelo capital e a luta pela sobrevivência por parte da classe trabalhadora.

Essa é a análise do CTA promulgada a partir de processos produtores de valores, sustentados pelo luta de classes, que a partir da intermediação do dinheiro, transfere a produção dos valores-de-uso para o mais-valor, em uma dinâmica territorial que os anseios não possuem a sobrevivência pelo trabalho e a apropriação da natureza como foco maior, mas sim, a conquista do mais-valor em um “teatro” que vale de tudo para isso, desde “um processo econômico puro” com a combinação entre o capitalista e o trabalhador assalariado, ou até mesmo métodos espoliativos/expropriativos a partir da força bruta, da opressão, da fraude, do fetiche, da alienação etc., com fortes rebatimentos na saúde da população, que podem ocorrer de variadas maneiras, das quais algumas mostramos nesse trabalho. Assim, o objetivo maior é acumular capital e criar mecanismos para a sua expansão, na qual é sustentada por meio da criação de ativos emergidos por meio desses métodos e assim, (re)valorizados dando continuidade ao ciclo.

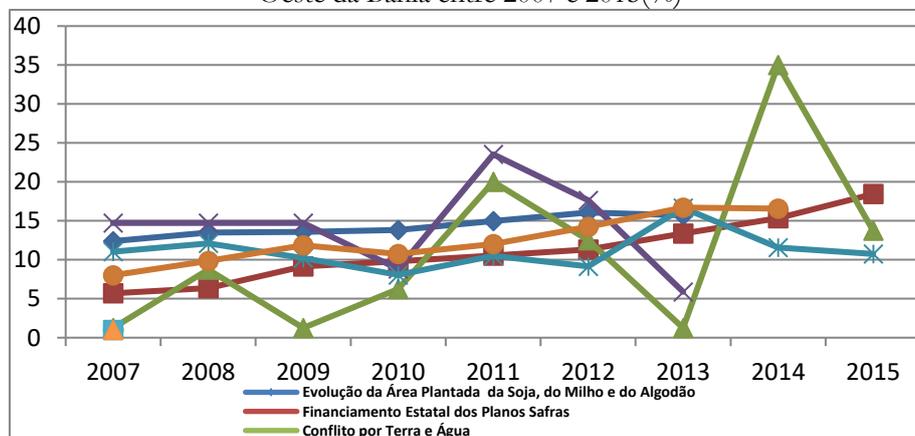
Portanto, chegamos até aqui convencidos que esse movimento chamado de CTA no Oeste da Bahia é resultado da lógica perversa do sistema de produção, em um modo de acumulação/expansão, sustentado majoritariamente pela superexploração da pessoa humana e dos recursos naturais (a terra e a água em particular) com práticas capitalistas e não capitalistas, bem como com o avanço territorial, alicerçadas com penalizações opressivas no desequilíbrio dos ecossistemas e na saúde da população como um todo integrado, em um processo que o Estado nacional é o principal incentivador, aliciado e dominado por uma singular dependência ao circuito econômico global.

ANEXOS

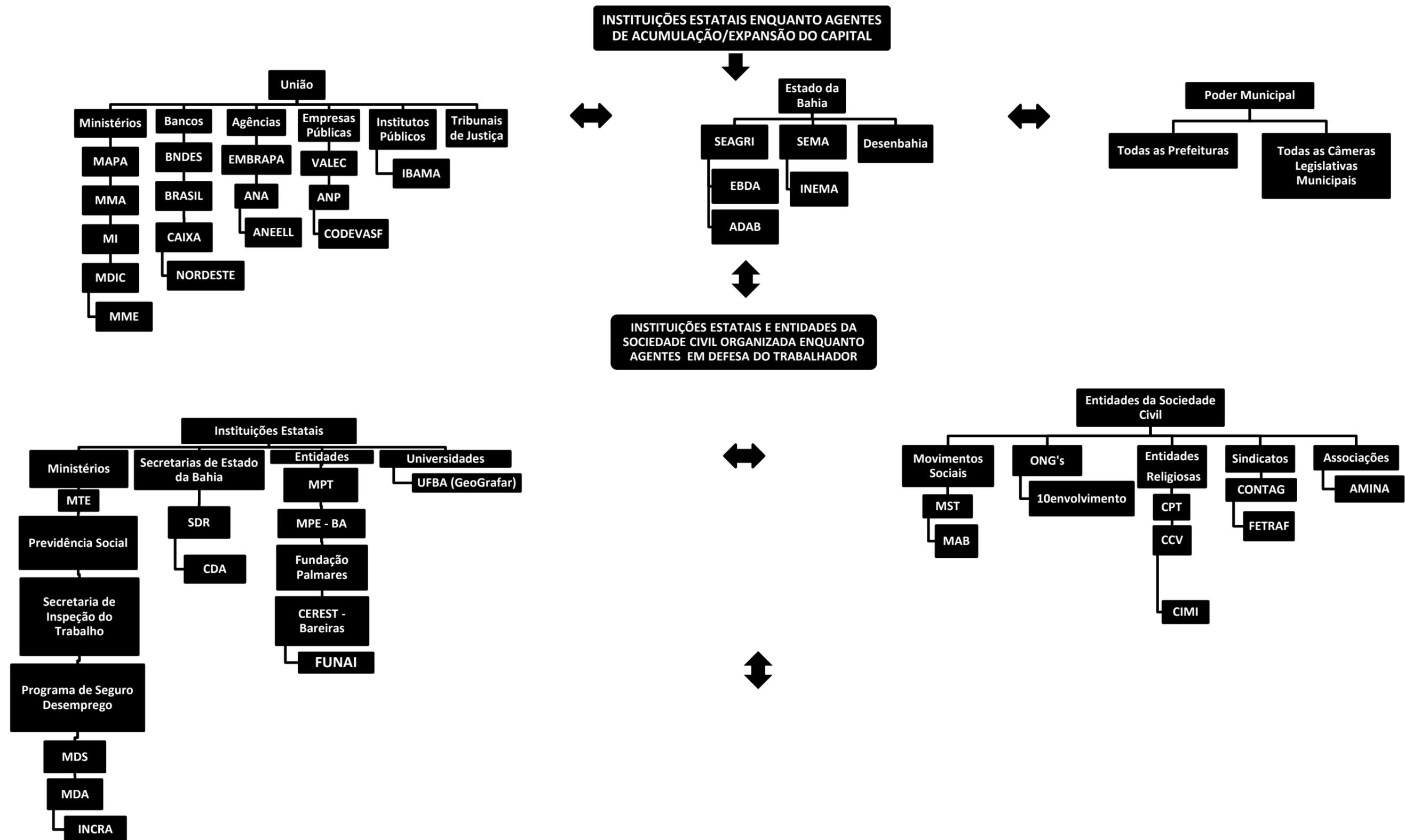


Figura 01 – Bases conceituais para interpretar as ações dos sujeitos no CTA do Oeste da Bahia

Gráfico 01 – Correlação Evolutiva de Indicadores da Tríade Terra-Água-Trabalho no CTA no Oeste da Bahia entre 2007 e 2015(%)



Fonte – Trabalho de Campo, MTE,CPT, IBGE, MAPA



INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE CAPITAL NACIONAL E INTERNACIONAL E ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, ENQUANTO AGENTES EM DEFESA DO CAPITAL NO OESTE DA BAHIA

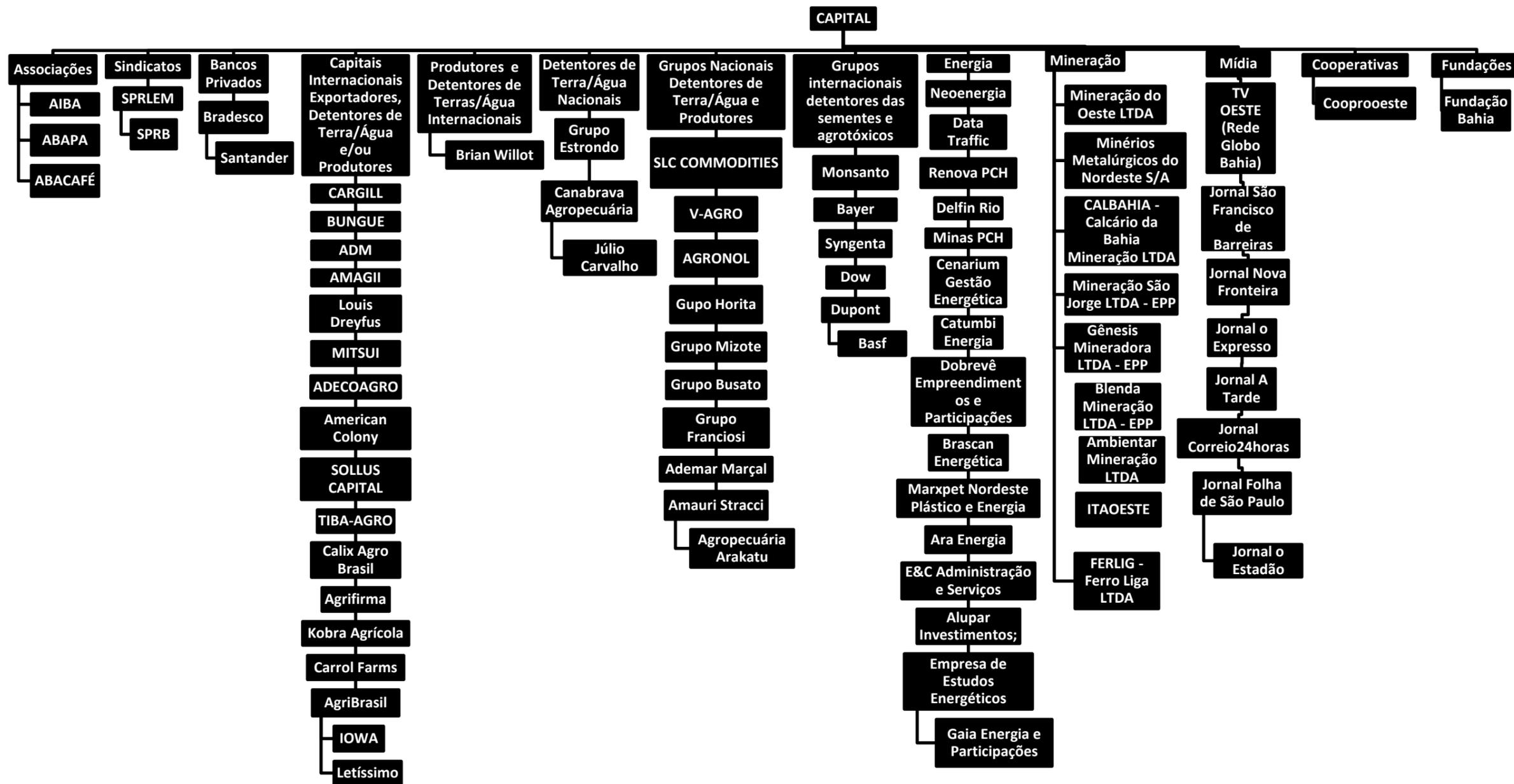


Figura 02 – Principais grupos de classe atuantes no campo do Oeste da Bahia

Tabela 1 – Principais grupos atuantes no campo do Oeste da Bahia, por práticas espoliativas/expropriativas, formas de controle da Terra-Água-Trabalho, características político-econômicas e município de atuação

EMPREENHIMENTO/EMPREENDEDOR	ENVOLVIMENTO COM ATOS ESPOLIATIVOS/EXPROPRIATIVOS	CARACTERÍSTICA DA PROPRIEDADE	MUNICÍPIO
Condomínio Estrando	Conflito por Terra/Água; Grilagem; Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; presença de rios;	Formosa do Rio Preto
Fazenda Canabrava	Grilagem; Conflito por Terra/Água; Assassinato/Desaparecimento de Trabalhador	Relevo Plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; presença de rios; outorgado para abastecimento humano com uso de água subterrânea	Formosa do Rio Preto
ADECOAGRO	X	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; presença de rios; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas; presença de rios e outorgado para uso da água superficial com fins de irrigação	Barreiras e LEM
Calyx Agro Brasil	X	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas e outorgado para uso da água subterrânea com fins industriais e de abastecimento humano	Jaborandi e Correntina
SLC Agrícola	X	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas; presença de rios e outorgado para uso da água superficial e subterrânea com fins de irrigação e de abastecimento humano	Jaborandi, Correntina, Barreiras e Formosa do Rio Preto
BrasilAgro	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o Aquífero Urucuia;	Jaborandi, Correntina e Baianópolis

Agrifirma	X	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o Aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas; presença de rios e outorgado para uso da água superficial e subterrânea com fins de irrigação e de abastecimento humano	LEM e Correntina
XinguAgri	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas e outorgado para uso da água subterrânea com fins de irrigação	São Desidério
Kobra Agrícola Group	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas e outorgado para uso da água subterrânea com fins industriais e de irrigação	São Desidério
Agronol	Conflito por Terra/Água; Superexploração de Trabalhador	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas; presença de rios; com PCH e outorgado para uso da água superficial com fins de irrigação	LEM
Grupo Horita	X	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas; presença de rios e outorgado para uso da água superficial com fins de irrigação	São Desidério, Correntina, LEM e Formosa do Rio Preto
Fazenda Iowa LDTA.	Superexploração de Trabalhador	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o Aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas e outorgado para uso da água subterrânea com fins de abastecimento humano	LEM
Fazendas Busato	X	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizadas sobre o Aquífero Urucuia (com exceção da fazenda Busato II); exportador de commodities agrícolas; presença de rios e	Serra do Ramalho, Jaborandi e São Desidério

		outorgado para uso da água subterrânea e superficial com fins de irrigação	
Fazendas Irmãos Franciosi	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas; presença de rios e outorgado para uso da água subterrânea e superficial com fins de irrigação, abastecimento humano e industrial	LEM e Cocos
Fazendas Mizote	Conflito por Terra/Água; Acidente Grave de Trabalhador	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas, presença de rios e outorgado para uso de água superficial com fins de irrigação e industrial	São Desidério e Formosa do Rio Preto
Ademar Antônio Marçal	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas e outorgado para uso de água subterrânea com fins de abastecimento humano	São Desidério
Fazenda Ana Terra et. al.	x	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia e exportador de commodities agrícolas	São Desidério e LEM
GRUPO ARAKATU	x	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas; presença de rios e outorgado para uso da água subterrânea e superficial com fins de irrigação	Barreiras e LEM
João Carlos Jacobsen Rodrigues	x	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o Aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas e outorgado para uso de água subterrânea e superficial com fins de irrigação	Barreiras

Fazenda Santa Colomba	Conflito por Terra/Água	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; presença de rios e outorgado para uso de água subterrânea e superficial com fins de irrigação	Cocos
Fazenda Tabuleiro	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; presença de rios e outorgado para uso de água superficial com fins de irrigação	LEM
Fazenda Laranjeiras	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; presença de rios e outorgado para uso de água superficial com fins de irrigação	São Desidério
Fazenda Roda Velha	Trabalho Escravo; Assassinato/Desaparecimento de trabalhador	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; presença de rios e outorgado para uso de água superficial com fins de irrigação	São Desidério
Fazenda Nossa Senhora Aparecida	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; presença de rios e outorgado para uso de água superficial e subterrânea com fins de irrigação, dessedentação animal e abastecimento humano	Formosa do Rio Preto
Fazenda Agrícola Xingu LTDA	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas e outorgado para uso de água superficial e subterrânea com fins de irrigação	São Desidério
Fazenda São Francisco	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas e outorgado para uso de água subterrânea com fins de irrigação	Riachão das Neves
Fazenda Flor da Esperança	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas; presença de	São Desidério

		rios; com PCH e outorgado para uso de água superficial com fins de irrigação	
Fazenda Novos Tempos I	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas; presença de rios e outorgado para uso de água superficial com fins de irrigação	São Desidério
Esa Agrícola LDTA/Produção Florestal	Superexploração de Trabalhador	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia e outorgado para uso de água subterrânea com fins de abastecimento humano	Formosa do Rio Preto
Planta 7 Empreendimentos Rurais Ltda	Conflito por Terra/Água	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia e outorgado para uso de água subterrânea com fins de abastecimento humano e irrigação	Correntina

Fonte: Trabalho de Campo, CPT, CCV, MTE, Diário Oficial dos Municípios da Bahia, INEMA, MDIC, BNDES, ANA, CDA, CEREST-BA, GeoGrafar - UFBA, Google Earth, Flight Market, Aneel, INCRA, Revista Cafeicultura, Jornal Estadão, SECOM – TO, Vision Brazil Investments, Agrolink, Revista Exame, Revista Dinheiro Rural, Jornal Valor Econômico, Jornal Brasil de Fato, Diário Comercial da Indústria, Rede Cerrado, Publicações Find The Company, Revista A.net, 9º Congresso Brasileiro do Algodão, Capital News, RB Portal, Revista A Granja, Jornal Nova Fronteira, Jornal A Tarde, Jornal Correio, Revista Globo Rural, Portal KLFF, Arakatu, Busato, Carroll Farms Brasil Ltda, Iowa, Horita, Kobra Agrícola Group, XinguAgri, Agrifirma, MITSUI, SLC Agrícola, SOLLUS CAPITAL, BRASIL-AGRO, ADECOAGRO

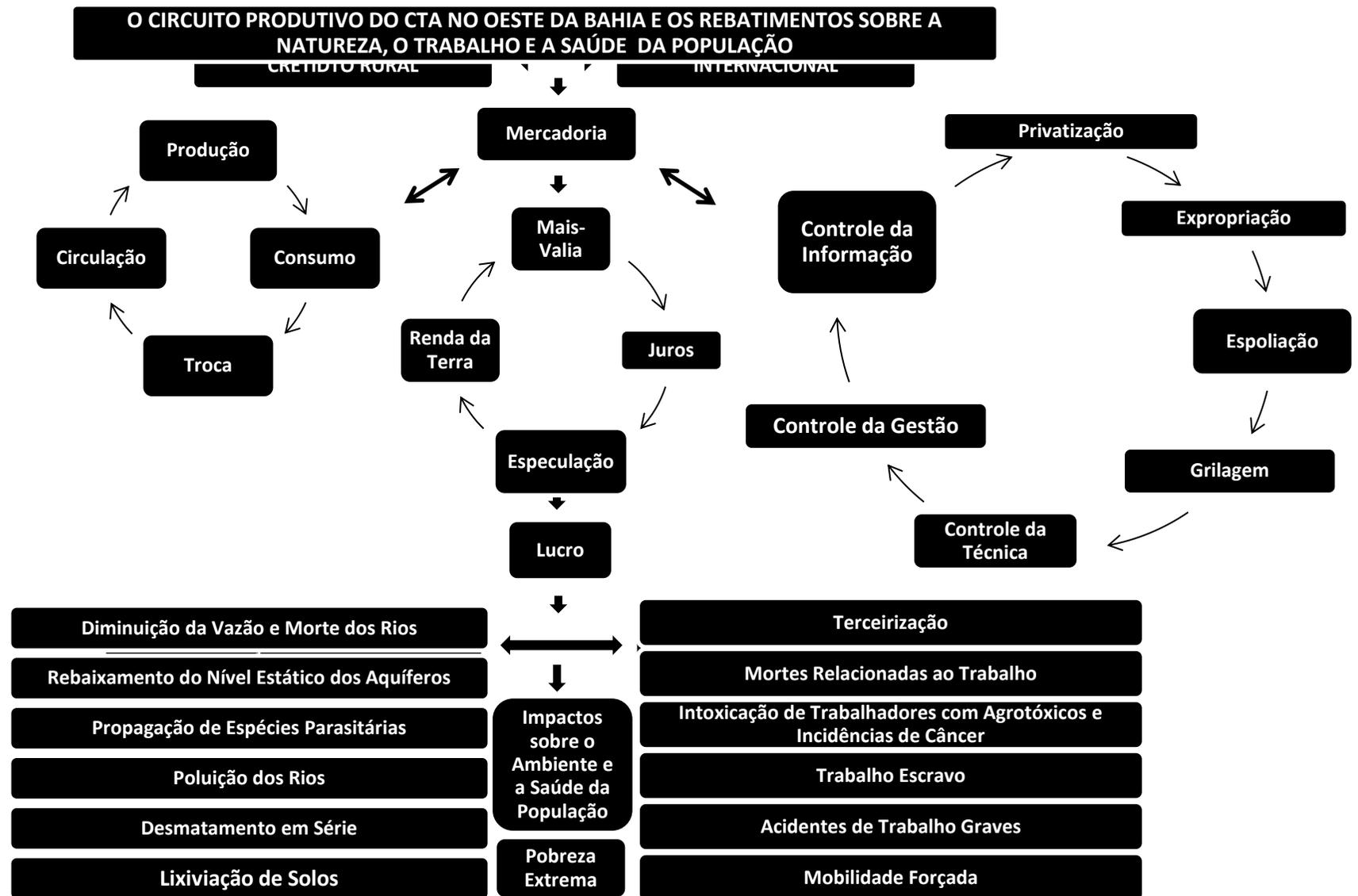


Figura 03 – O Circuito Produtivo o CTA no Oeste da Bahia e os Rebatimentos sobre a Natureza, o Trabalho e A Saúde da População

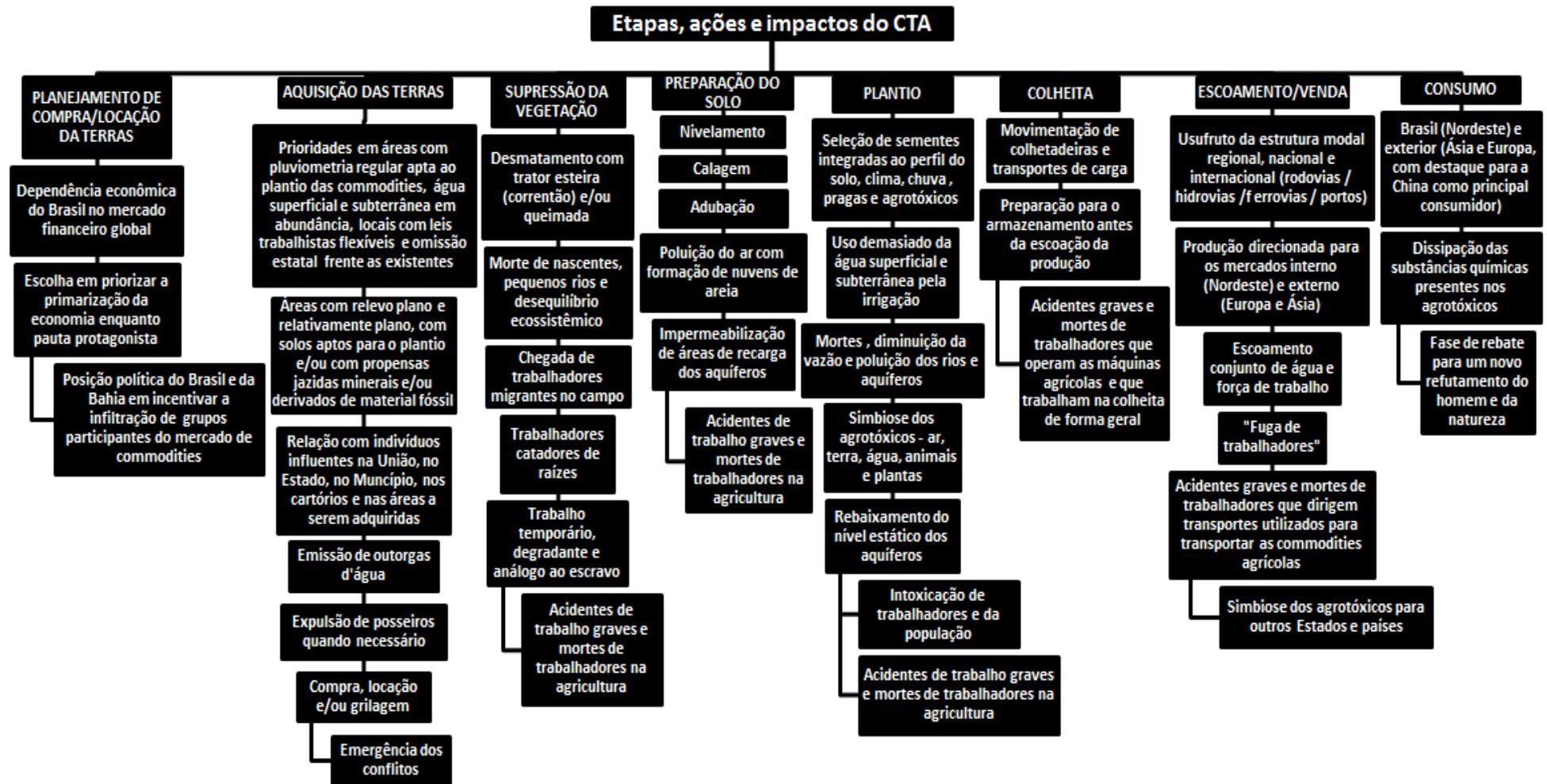


Figura 04 – Etapas, ações e impactos do capital no CTA no Oeste da Bahia

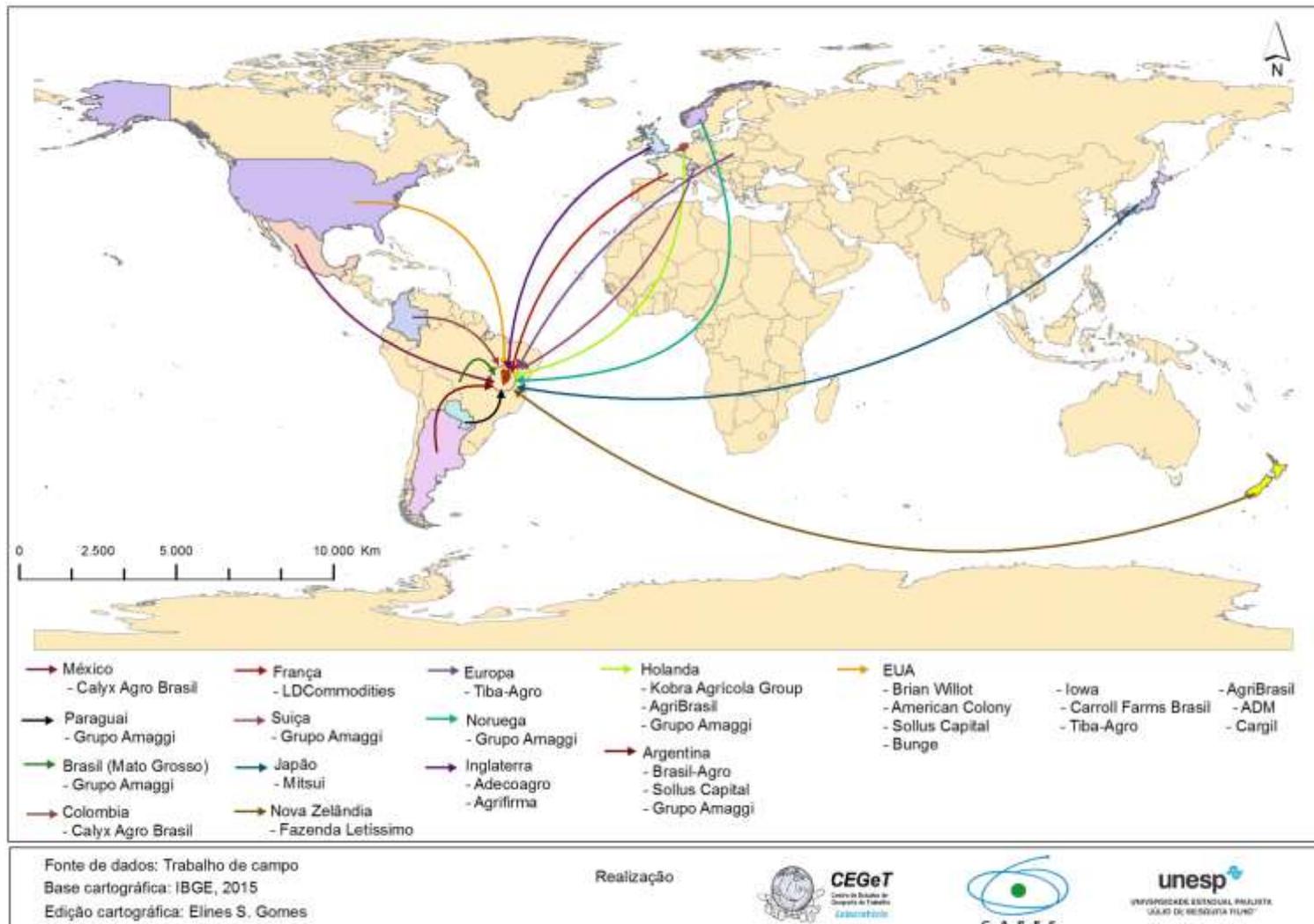


Figura 05 – Capitais internacionais presentes no Oeste da Bahia por grupo e por país de atuação

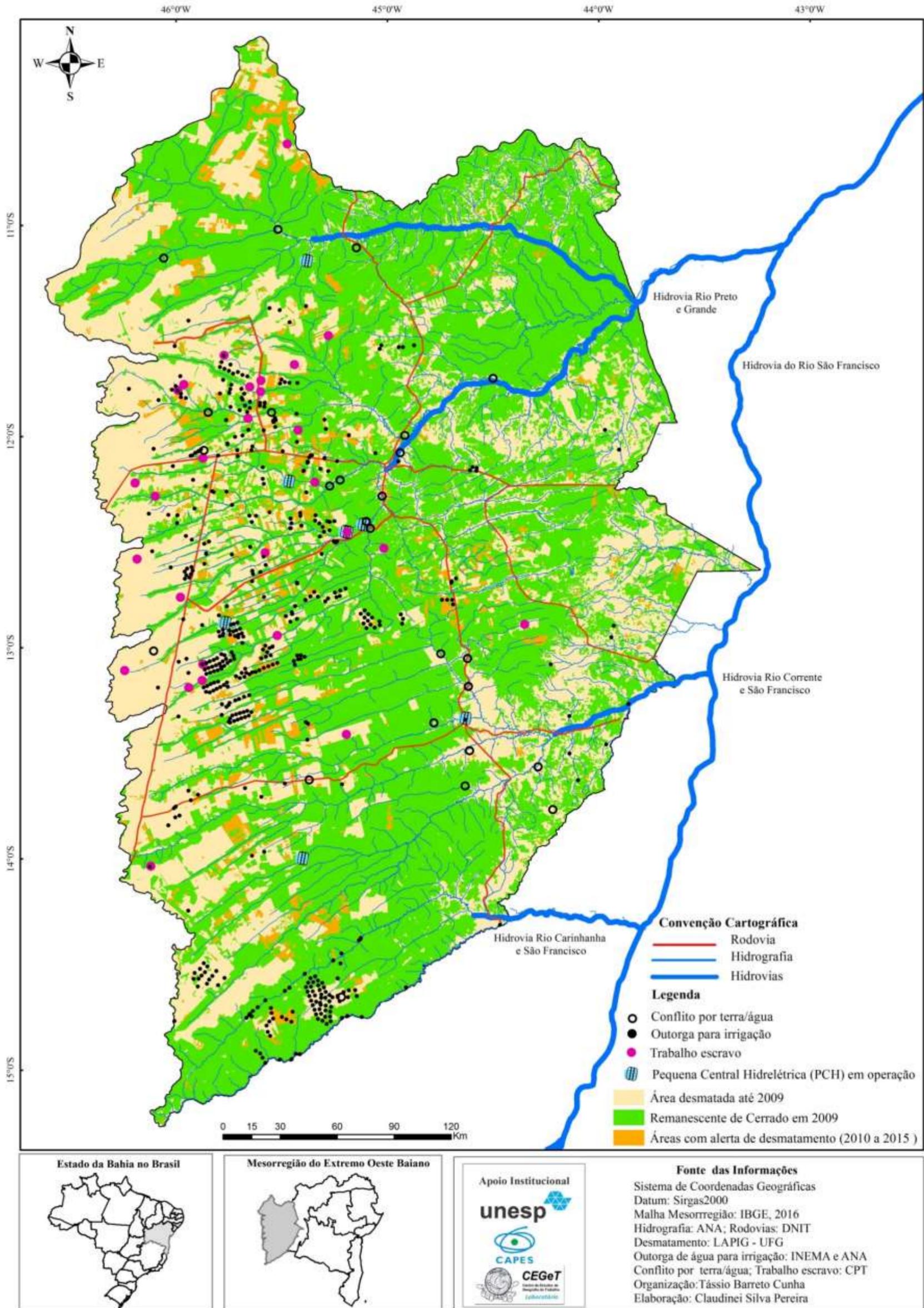


Figura 06 – Representação de condicionantes protagonistas no CTA no Oeste da Bahia

Referências Bibliográficas

- ALVES, Giovanni. *Produção do capital, afirmação e negação da pessoa humana*. In. Dimensões da Precarização do Trabalho. Bauru – SP, Canal editora. 2013.
- ANGELIS, Massimo de. *Marx y la acumulación primitiva: el carácter continuo de los “cercamientos” capitalistas*. Traducción de Claudia Composto. Theomai, n° 26, segundo semestre de 2012.
- ANTUNES, Ricardo. *A classe que vive do trabalho*. In. Os sentidos do trabalho: ensaios para a afirmação e a negação do trabalho. 2ª edição, 10ª reimpressão. São Paulo – SP. Boitempo. 2009.
- ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA – AIBA. *Panorama socioeconômico do agronegócio no Oeste da Bahia*. Núcleo de economia, Estatísticas e Projetos. Barreiras – BA. 2015.
- CUNHA, Tássio Barreto. *Do Oculto ao Visível: Terra-Água-Trabalho e o Conglomerado Territorial do Agrohidronegócio no Oeste da Bahia*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGG da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP. 453p. 2017.
- DELGADO, Guilherme Costa. *Do “Capital Financeiro na Agricultura” a Economia do Agronegócio: Mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012)*. Porto Alegre – RS. Editora da UFRGS, 2012.
- FREDERICO, Samuel & BÜHLER, Eve Anne. *Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no Oeste da Bahia*. In. Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil. Org. Vicente Eudes Lemos Alves. 1ª edição. Rio de Janeiro – RJ. Consequência Editora. 2015.
- GALAFASSI, Guido. *Entre viejos y nuevos cercamientos: la acumulación originaria y las políticas de extracción de recursos y ocupación del territorio*. Theomai, n° 26, segundo semestre de 2012.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral & Maria Stela Gonçalves. 7ª Edição. São Paulo – SP. Edições Loyola. 2013.
- IASI, Mauro Luis. *A rebelião, a cidade e a consciência*. In. Cidades Rebeldes: passe livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Org. Ermínia Maricato *et. al.* Boitempo: Carta Maior, 1ª edição. São Paulo – SP. 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. *Mapa das terras devolutas na Bahia*. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Brasília – DF. 2010.
- ISTVÁN, Mészáros. *O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico*. São Paulo – SP. Boitempo, 2007.
- _____. *A montanha que devemos conquistar: reflexões a cerca do Estado*. 1ª edição. São Paulo – SP. Boitempo. 2015.
- LÉNIN, Vladimir Ilyich Ulyanov. *As classes sociais e o Estado*. In. O Estado e a revolução. São Paulo – SP. Hucitec. 1983.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Volume II. Traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. São Paulo – SP. Abril Cultural. 1984.
- MARTINS, José de Souza. *FRONTEIRA: a degradação do outro nos confins do humano*. 2ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo – SP. Ed. Contexto. 2014.
- MARX, Karl. *Introdução à contribuição à crítica da economia política*. In. Contribuição à crítica da economia política. 2ª edição. São Paulo – SP. Expressão Popular. 2008.

- _____. *Assim chamada acumulação primitiva*. In. O Capital: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo – SP. Boitempo. 2013.
- MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. *As transformações espaciais no campo e os conflitos pelo acesso a terra e a água: as novas territorialidades do agrohidronegócio em Goiás*. Revista Pegada – vol. 16, n. especial da XV Jornada do Trabalho. 2015.
- MENEGAT, Marildo. *O olho da barbárie*. São Paulo – SP. Expressão Popular. 2006.
- MITIDIERO JR., Marco Antônio. *A Crise do Capital Global e suas Consequências na Apropriação da Natureza e do Trabalho*. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos – CBG. Vitória – ES, Agosto de 2014.
- MOREIRA, Ruy. *Do Espaço da Mais Valia Absoluta ao Espaço da Mais Valia Relativa: Os Ordenamentos da Geografia Operária no Brasil*. Terra Livre, São Paulo – SP. Ano 27, Vol. 1, n° 36. P. 45-68. 2011.
- _____. *O capítulo 24 e o segredo da atualidade analítico-estrutural do capital de Marx*. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). p. 9-19, V.11, n.16, jul-dez.2015.
- SEONE, José. *Neoliberalismo y ofensiva extractivista: actualidad de la acumulación por despojo, desafíos de Nuestra América*. Theomai, n° 26, segundo semestre de 2012.
- SOBRINHO, José de Sousa. *O Camponês Geraizeiro no Oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra*. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. 436p. 2012.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Algumas observações sobre classe “falsa consciência”*. In. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Tradução :Antonio Luigi Negro. Campinas – SP. Ed. Unicamp, 2001.
- ZIZEK, Slavoj. *Vivendo no fim dos tempos*. Tradução, Maria Beatriz Medina. São Paulo – SP: Boitempo. 2012.

Submetido em: agosto de 2019

Aceito em: setembro de 2019